



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124782 - MS (2020/0055174-8)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : THIAGO DOS SANTOS PINCHESKI (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por THIAGO DOS SANTOS PINCHESKI contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no julgamento do HC n. 1400157-80.2020.8.12.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 9/10/2019, convertido em preventiva, e restou denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, V, ambos da Lei 11.343/2006 (tráfico interestadual de drogas).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

**HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS (ARTIGOS 33, CAPUT DA LEI 11.343/06). EXCESSO DE PRAZO INOCORRÊNCIA - TRÂMITE REGULAR. REQUISITOS DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DEMONSTRADOS PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUPERIOR A QUATRO ANOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE DO DELITO - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.** Os prazos processuais não são absolutos e sua observância deve ser balizada pelo princípio da razoabilidade, razão pela qual somente nos casos em que for constatada a abusiva desídia na condução dos atos procedimentais é que será possível justificar o acolhimento da tese de excesso de prazo, a recomendar a concessão da liberdade provisória. Para decretar a prisão preventiva mister se faz a presença do *fumus comissi delicti* e *periculum libertatis*, no caso, estão presentes os pressupostos da segregação cautelar, sendo necessária para salvaguardar a ordem pública, considerando a gravidade concreta do ilícito em tese cometido. Condições subjetivas favoráveis ao paciente não impedem o decreto ou a manutenção da prisão

*cautelar caso preenchidos outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva, autorizadores da medida. Ordem denegada. Com o parecer (fls. 226).*

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Liminar indeferida às fls. 304/306.

Informações prestadas às fls. 313, 326.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 461/463).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que, em 26/03/2020, nos autos da Ação Penal n. 0002655-59.2019.8.12.0004, foi concedida liberdade provisória ao recorrente, expedido alvará de soltura em seu favor.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik  
Relator